

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA

Graciela Chamorro
Doutora, Professora de História Indígena – PPGH/FCH/UFGD
Pesquisadora do CNPq

No Programa de Pós-Graduação ¹ em História da FCH-UFGD foram defendidas, até agosto de 2009, 108 dissertações de mestrado, das quais 27 na linha de pesquisa História Indígena. No PPG em Desenvolvimento Local da UCDB e no PPGH-UNESP muitas dissertações também tratam *da* ou dizem algo *a respeito da* História Indígena. Muitos desses trabalhos são conhecidos, outros não. Diante disso, tive a idéia de solicitar aos autores e às autoras com quem eu mantinha contato um resumo expandido de seus trabalhos para publicar numa revista. Das pessoas contatadas, cinco responderam e enviaram seus resumos, que foram revisados e enviados por mim para a VI Edição revista *História em Reflexão*, que trata da Região Platina.

Nessa vasta região, é relativamente pouco conhecida a história indígena mais recente, porque são relativamente pouco difundidos os estudos sobre o povoamento indígena e não-indígena das terras meridionais do estado mato-grossense e sul-mato-grossense banhadas por rios que desembocam nos rios Paraná e Paraguai. Nos resumos aqui apresentados, podem ser acompanhados diversos momentos da trajetória dos povos indígenas kaiowá e guarani nos últimos 120 anos.

No trabalho de Eva Maria Luiz Ferreira pode se acompanhar a participação indígena, como mão-de-obra, na exploração da erva-mate no âmbito da Companhia Matte Larangeira. A pesquisadora explicita o que em outros estudos fica implícito ou é simplesmente silenciado.

Carlos Barros Gonçalves, estudando os primórdios do movimento ecumênico protestante no Brasil, contribui com a história indígena ao tratar da implantação da Missão Evangélica Caiuá em Dourados, da relação que essa entidade mantinha com o órgão indigenista da época, o SPI, e dos dados de primeira mão registrados pelos primeiros missionários e pelas primeiras missionárias em suas cartas e relatórios.

¹ Da Prof^a. Renata Lourenço, que cursou o Mestrado em História quando o PPGH ainda fazia parte da UFMS, apresentamos aqui o resumo da sua Tese de Doutorado, defendida no PPGH/UNESP (Assis/2007).

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

Na mesma linha, a Prof^a. Renata Lourenço, estudando a implantação e permanência da escola até o último ano do SPI na reserva de Dourados apresenta e analisa - no contexto dos ideais republicanos em voga na época - documentos centrais sobre as mudanças em curso ou em vias de implementação na vida dos povos guarani, kaiowá e terena.

A Prof^a. Nely Aparecida Maciel estudou a história do povo kaiowá na aldeia de Panambizinho, focando o processo de desterritorialização e reterritorialização da comunidade filiada ao líder Pa'i Chiquito Pedro, desde a época de sua fundação até o início do século XXI. A autora destaca que a resistência kaiowá à pressão sofrida de parte dos agentes sociais mostra que o povo índio tinha fortes vínculos socioculturais com seu território. Isso possibilitou que cada família extensa recebesse um lote, como os colonos, e iniciasse um processo de reterritorialização, que teve seu ponto alto com a demarcação de 1240 ha para a mencionada comunidade.

A pesquisadora Rosa Colmán faz uma comparação entre os processos e critérios demarcatórios na demarcação das terras reservadas para as populações kaiowá pelo SPI com os processos e critérios de demarcação das terras demandadas pela população indígena de 1978 a 2000. Rosa destaca deste último listado, o processo de ocupação da Terra Indígena de Yvy Katu.

Por fim, a Prof^a. Meire Adriana da Silva estudou as novas relações de aliança entre indígenas e não-indígenas e o fez de uma forma exemplar, estudando a relação entre os povos indígenas guarani falantes do Mato Grosso do Sul e o Conselho Indigenista Missionário, na luta pelo reconhecimento e implementação dos direitos indígenas.

Obviamente, os trabalhos aqui resenhados são heterogêneos e de diversos níveis. Ao apresentá-los quero chamar atenção para a pertinência das temáticas tratadas, das metodologias e das fontes utilizadas; para a atualidade das questões que orientaram as pesquisas e para a riqueza dos dados coletados. Por fim, chamo a atenção para a importância histórica em aportar com trabalhos como este para uma história indígena prospectiva, que requer a garantia do fundamento da temporalidade humana: o espaço.

Participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira²

Eva Maria Luiz Ferreira³

A dissertação teve como objetivo central estudar a participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira, especificamente no antigo sul de Mato Grosso. A exploração da erva mate nativa, foi feita por Thomás Laranjeira⁴, por meio de arrendamento, concedido pelo decreto imperial nº. 8799 de 9/12/1882. No ano de 1902, os irmãos Murtinho negociam o arrendamento com Thomaz Laranjeira e criam a Empresa Companhia Matte Laranjeira. O referido arrendamento garantiu à empresa ervateira o monopólio da exploração da erva-mate por cinco décadas. A partir de uma análise das bibliografias disponíveis que tratam da história da empresa ervateira. Observou-se a pouca menção e quase ausência de referências ao trabalho dos indígenas na colheita da erva mate. Apenas os trabalhadores paraguaios são citados como mão-de-obra. Contudo, também, é sabido que toda a área de atuação da referida Companhia coincidiu com o território tradicional dos Kaiowá e Guarani. Identifica em que medida esta ausência de referências ao trabalho indígena expressava vícios na historiografia, interesses políticos, preconceitos, etc., foi um dos objetivos que a presente dissertação perseguiu.

As fontes usadas na realização da pesquisa fazem parte do acervo documental e de áudio disponível no Centro de Documentação *Teko Arandu* – NEPPI/UCDB. As entrevistas citadas no decorrer do trabalho foram gravadas e transcritas pelos pesquisadores desse Centro e foram realizadas com indígenas e não-indígenas que vivenciaram ou que tiveram seus familiares envolvidos na temática abordada pela pesquisa. A partir dessas entrevistas, foi, ainda, possível dialogar com os autores e com as demais fontes de pesquisa para a elaboração da presente dissertação. O estudo buscou conciliar a pesquisa documental com o registro e análise das narrativas orais.

² A dissertação foi defendida em 2007, no PPGH-FCH-UFGD, sob orientação do Prof. Dr. Levi Marques Pereira. Para ter acesso ao trabalho: www.neppi.br/cedoc

³ Mestre em História e Pesquisadora do Programa Kaiowá/Guarani – NEPPI/UCDB - Universidade Católica Dom Bosco. Email: evam@ucdb.br.

⁴ A grafia do nome Thomás Laranjeira não aparece nos documentos históricos de forma uniforme, ocorrendo a escrita de maneiras diferentes.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

Outra importante fonte consultada foi a documentação microfilmada do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, proveniente do Museu do Índio, referente aos anos de 1919 a 1967. A documentação refere-se à 5ª Inspeção Regional, à qual estavam subordinados os Postos Indígenas do antigo sul de Mato Grosso. Nesses documentos está registrado todo o cotidiano dos postos, por meio de avisos, relatórios mensais, memorandos, prestações de contas, ofícios, etc., que eram recebidos e enviados entre a inspeção e os postos.

O trabalho ficou dividido em três capítulos: o primeiro traz um histórico dos índios Kaiowá e os Guarani, em uma abordagem sucinta da sua origem e suas ramificações. O capítulo destaca, também, a presença dos Kaiowá e Guarani no antigo sul de Mato Grosso e de outros segmentos em território indígena, com destaque para a instalação da Companhia Matte Larangeira, que monopolizou por 50 anos a extração da erva-mate nativa. A chegada dos rio-grandenses em busca da posse das terras devolutas, e, por fim, a presença do Estado, por meio, do SPI, com o objetivo de demarcar reservas de terra nas quais os índios pudessem se estabelecer, liberando, no entanto, o restante do território indígena para as frentes econômicas.

O segundo capítulo centra-se em alguns trabalhos acadêmicos que discorrem sobre a Companhia Matte Larangeira, procurando identificar como foi tratado o trabalho indígena na empresa ervateira. Com essa mesma proposta de observação, voltei-me para as narrativas orais de indígenas e não-indígenas. Por meio desses relatos foi possível identificar as modalidades de trabalho e organização hierárquica estabelecida pela Companhia Matte Larangeira.

Por fim, no terceiro capítulo se dará uma reflexão sobre as relações estabelecidas entre os indígenas e não-indígenas, num cenário multiétnico, perpassado por relações e disputas de poder. Esta reflexão se esforça em captar a presença e participação dos índios Kaiowá e Guarani nos ervais da Companhia Matte Larangeira a partir das narrativas e dos registros documentais. Em seguida abordo o lugar do cotidiano na produção historiográfica. No terceiro capítulo, ainda, discuto o cenário multiétnico nos ervais: a experiência de interação permanente e submissão dos kaiowá e dos Guarani às frentes de ocupação de seu território tradicional. Na seqüência descrevo o Serviço de Proteção aos Índios – SPI e o seu papel de agenciador dos índios para o trabalho fora das reservas.

Na conclusão procurei demonstrar a constatação de que, ao contrário do que vem registrado com mais ênfase na bibliografia historiográfica, houve uma participação efetiva dos indígenas na extração da erva mate para a empresa ervateira e, também, que o trabalho indígena foi efetivo para o crescimento econômico do Sul de Mato Grosso.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

Há uma questão na qual não foi possível avançar muito. Trata-se das razões que levaram os índios a se engajarem, como mão-de-obra, nos ervais da Companhia Matte Larangeira. No meu trabalho apresento apenas o que outros trabalhos já destacaram, que era importante para os índios o acesso a ferramentas, roupas e remédios e que, ao que parece, seu engajamento na ervateira foi, na época, praticamente a única forma de acessar esses bens.

De outra parte, o estudo permitiu constatar que há necessidade de explorar com mais profundidade toda a documentação do Serviço de Proteção aos Índios e os relatos gravados sobre o a presença da Companhia Matte Larangeira entre os índios Kaiowá o os Guarani, arquivada no Centro de documentação Teko Arandu – NEPPI-UCDB. O material disponível no Centro desafia os profissionais indígenas e não-indígenas, pelo seu ineditismo, sua vastidão e riqueza, que só aparecerão na medida em que forem explorados com pesquisas que poderão contribuir muito para superar a invisibilidade indígena na história sul-mato-grossense.

O estudo contribuiu para o aprofundamento de um aspecto que parece cada vez mais relevante para a compreensão da história indígena no Estado, que diz respeito, exatamente, ao estudo dos processos e negociações estabelecidos e vivenciados pelos povos indígenas no decorrer desse importante período de sua história. Contribuiu, também, para a superação de uma visão histórica segundo a qual o índio foi apenas uma vítima inerte nas mãos dos colonizadores, sem elucidar, obviamente, o cruel processo de esbulho do qual os povos indígenas foram, efetivamente, vítimas. A partir de um novo olhar sobre velhos e novos documentos creio que foi, em fim, possível contribuir para que os povos indígenas fossem melhor estudados e compreendidos em seu direito e capacidade autodeterminação.

Ecumenismo protestante e missão para os índios

Carlos Barros Gonçalves⁵

Uma das principais características das igrejas cristãs é a sua autocompreensão⁶ de serem continuadoras da obra iniciada por Jesus Cristo. Nesse sentido, cada igreja justifica a sua existência ao tentar, à sua maneira, *levar adiante* a missão que ela entende ter-lhe sido confiada por Jesus e que, no protestantismo, frequentemente significou propiciar a conversão de indivíduos e a sua salvação da condenação eterna, mediante a fé no Filho de Deus. A universalidade desse entendimento, porém, encontrou não poucas vezes no divisionismo protestante seus maiores desafios.

Levando em conta esse impasse histórico-teológico, analisei, na dissertação intitulada “O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da Missão Caiuá em Dourados”, apresentada ao Programa de Mestrado em História da UFGD (2009), as iniciativas das igrejas protestantes para superarem essa dificuldade e se orientarem pela visão de ecumene, isto é, da unidade subjacente às diversidades e da consciência de habitar um único e mesmo mundo. Se os esforços dessas igrejas, por um lado, reorientaram a missão proselitista, por outro, mobilizaram os líderes na busca da unidade do cristianismo protestante. A pesquisa teve por objetivo analisar o movimento ecumênico no Brasil, de fins do século XIX (1890) às três primeiras décadas do século XX (1930), e a inserção do protestantismo em Dourados no então Sul de Mato Grosso (1929).

O estudo se deu por meio da análise de fontes, como jornais (O Expositor Cristão, O Estandarte e O Puritano), relatórios, cartas, atas, folhetos e livros produzidos, em sua maior parte, pelas igrejas e entidades ecumênicas protestantes⁷. A análise permitiu constatar que o movimento ecumênico influenciou lideranças e igrejas protestantes no Brasil,

⁵ Mestre em história pela UFGD, servidor técnico-administrativo FCH/CDR/UFGD.

⁶ Peter Berger, no livro *O dossel sagrado* (1985, p. 46), afirmou que *a religião legitima as instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico. As construções históricas da atividade humana são olhadas de um ponto privilegiado que, na sua própria autodefinição, transcende a história e o homem.* Ver também Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2007).

⁷ As fontes foram encontradas, em sua maioria, no Arquivo Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil (SP), no Centro de Estudos e Pesquisas sobre Metodismo e Educação no Brasil (CEPEME/UNIMEP, Piracicaba, SP), na Biblioteca de Teologia da UMESP (São Bernardo do Campo, SP) e no Arquivo do Jornal O Estandarte (São Paulo). Também foram consultados os acervos do Centro de Documentação Regional (UFGD), Museu Histórico de Dourados, Arquivo da Missão Caiuá e Biblioteca da Faculdade Teológica Batista Ana Wollerman (Dourados).

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

especificamente, no tocante à sua compreensão e metodologia de missão e evangelização. Nesse sentido, a criação da Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil, entidade responsável pelo estabelecimento da Missão Evangélica Caiuá em Mato Grosso, ocorreu como resultado das iniciativas de cooperação entre igrejas brasileiras, então preocupadas com a expansão da fé protestante pelo país.

Assim, este resumo por finalidade apresentar como foi estruturada a referida dissertação, a metodologia desenvolvida, os objetivos e as considerações finais.

O movimento ecumênico analisado foi o agenciado por algumas igrejas protestantes. O mesmo pode ser definido, de maneira geral, como um movimento mais fortemente perceptível a partir do século XIX e que teve como uma das principais características a busca de uma “unidade essencial”, doutrinária ou teológica, por diferentes igrejas protestantes que então se lançavam aos diversos campos missionários ao redor do mundo. Conforme afirmou Agemir de Carvalho Dias (2007, p. 13)⁸, a ideia ecumênica não surgiu de uma hora para outra, ela se constituiu ao longo do tempo, através de várias instituições e de vários agentes. Nesse sentido, a abordagem aqui proposta cruza diversas tramas e trajetórias que foram as condições para o surgimento do ecumenismo no Brasil e a partir dele o surgimento da missão aos índios no antigo Sul de Mato Grosso. Para tanto, foi privilegiado o enfoque missionário resultante do ecumenismo brasileiro.

Assim, ao refletir sobre a inserção dos primeiros missionários protestantes em Dourados, notei que haviam sido poucos os estudos dedicados à temática. Desse modo, desenhou-se uma das principais motivações deste trabalho: apontar o processo que motivou (envolveu) a criação da Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil (AECI, 1928) e a instalação da Missão Evangélica Caiuá (1929), em Dourados. Como se pode verificar ao longo do texto, a narrativa foi pensada a partir da história do protestantismo no Brasil⁹, de seu estabelecimento e expansão. Os estudos regionais sobre o protestantismo no Brasil, mais especificamente sobre sua inserção nos diversos pontos do território brasileiro, ainda são poucos. Esse olhar local pode possibilitar a compreensão de aspectos, detalhes, muitas vezes não percebidos a partir de um olhar amplo.

⁸ Agemir de Carvalho Dias é professor na Faculdade Evangélica do Paraná (FEPAR). Há alguns anos desenvolve pesquisas sobre o movimento ecumênico no Brasil. A citação acima faz parte de sua tese (Doutorado em História) “O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares...”. Sua dissertação foi intitulada “O papel educador do ecumenismo: o caso da Igreja Presbiteriana do Brasil...” (2003).

⁹ Foram utilizados como referências para o estudo da inserção do protestantismo no Brasil os trabalhos de Antonio Gouvêa Mendonça (1995, 1997, 2002), José Carlos Barbosa (2002, 2005) e Duncan Alexander Reily (2003).

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

A partir dessa perspectiva, foi possível notar que as narrativas missionárias, publicadas nos periódicos protestantes, foram determinadas por uma função *edificante*, de levar ou estimular à ação os receptores. As cartas e relatos foram produzidos pelos missionários com o objetivo claro de estimular a fé, infundir a piedade e manifestar a ação divina através das atividades missionárias desenvolvidas no antigo Sul de Mato Grosso. As características edificantes das cartas missionárias podem ser mais bem apreendidas no artigo “Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI”, de autoria de Fernando Torres Londoño (2002, p. 12).

Sob o ponto de vista dos interesses das igrejas integrantes da Missão para os índios, os discursos produzidos pelos missionários e veiculados nas cartas e relatos foram positivos, uma vez que conseguiram, de fato, envolver diversas congregações e lideranças brasileiras no apoio material e espiritual ao projeto missionário. Porém, sob o ponto de vista dos indígenas retratados pelos missionários, os discursos foram negativos, pois descreveram o mundo do índio a partir de um olhar inferiorizante, através do qual as palavras “selvagem”, “bárbaro”, “pobre” ou “miserável” foram constantemente evocadas. Nesse sentido, é possível afirmar que as narrativas missionárias foram produzidas como parte do projeto missionário que estava sendo construído.

O primeiro capítulo apresenta, relaciona e diferencia o significado que os termos *missão* e *ecumenismo* adquiriram nas igrejas e demais instituições protestantes. Nesse sentido, analiso a gênese da autocompreensão das igrejas oriundas da Reforma como “chamadas para o mundo”, para a ecumene, suas iniciativas para apreender essa visão de totalidade, seja através da missão proselitista, seja através da busca pela unidade do cristianismo protestante, a partir de fins do século XVIII e início do século XIX. Num segundo momento, aborda-se a implantação do protestantismo missionário no Brasil e algumas iniciativas que visaram à cooperação entre missionários e denominações para, sobretudo, facilitar a inserção protestante no país. A última consideração apreende também a instalação do regime republicano e seus reflexos no interior do campo religioso brasileiro.

No segundo capítulo, discorro sobre as primeiras manifestações ecumênicas no Brasil, com destaque ao surgimento da Aliança Evangélica Brasileira (1903). Num segundo momento, apresento a realização do Congresso Missionário de Edimburgo (1910) e os desdobramentos desse evento no que se referiu ao protestantismo na América Latina. Analiso a participação de lideranças protestantes no Congresso do Panamá (1916) e a definição de algumas diretrizes do movimento ecumênico para o protestantismo latino-americano.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

No terceiro capítulo, analiso o Congresso Regional da Obra Cristã, realizado no Rio de Janeiro (1916), sobretudo o enfoque dispensado no evento às atividades missionárias protestantes. Assim, apresento o surgimento da Comissão Brasileira de Cooperação (CBC), principal entidade promotora do ecumenismo no Brasil, e a repercussão dos ideais de unidade e cooperação entre as igrejas protestantes brasileiras. A partir do contexto de cooperação denominacional analiso o surgimento das manifestações em prol da evangelização dos indígenas, efetivada pela subcomissão de missões indígenas da CBC.

O quarto capítulo pode ser dividido em dois momentos. No primeiro, discorro sobre a realização do II Congresso Regional da Obra Cristã, realizado novamente no Rio de Janeiro (1922). Analiso a convergência dos discursos políticos e religiosos no Congresso e as manifestações em prol da expansão missionária protestante, através da cooperação entre as igrejas, sobretudo entre os indígenas. Num segundo momento, analiso os relatórios do Congresso de Montevideu referentes ao estabelecimento de missões protestantes entre os indígenas. Enfatizo a participação da delegação protestante brasileira no evento e apresento as primeiras recomendações (estratégias) missionárias que posteriormente fizeram parte do projeto de missão entre os índios no Sul de Mato Grosso.

No último capítulo discorro sobre a organização da Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil e enfatizo o papel dos jornais protestantes como veículos de propaganda missionária e dos ideais ecumênicos. Analiso o estabelecimento dos missionários protestantes em Dourados e as primeiras ações no sentido de organização da Missão Caiuá, contígua, geográfica e ideologicamente à Reserva Indígena de Dourados. Por fim, é apresentada uma breve análise do desenvolvimento das ações da Missão Evangélica em Dourados e os rumos do movimento ecumênico no Brasil, em princípios da década de 1930.

Sem pretender ter esgotado as possibilidades de análise do tema e das fontes, encerrei o trabalho com algumas considerações.

Em primeiro lugar, a pesquisa foi clarificadora, ao mostrar que o movimento ecumênico repercutiu nas igrejas protestantes do Brasil e influenciou sobre suas lideranças, especialmente no que diz respeito à evangelização. A partir da análise dos documentos que registraram os congressos ecumênicos, foi possível constatar que houve na época um despertar das igrejas protestantes no Brasil para “cooperação e missão”. A *propaganda do Evangelho*, como foi costumeiramente chamada a pregação da mensagem bíblica que chama todos os indivíduos e povos de todas as línguas a se converterem a Deus, foi um dos temas centrais do movimento ecumênico brasileiro ou, pelo menos, o lema

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

mais utilizado para afirmar a necessidade de unir os esforços das igrejas protestantes no país. O reconhecimento da “dispersão de esforços” na pregação do Evangelho foi uma das irracionalidades apontadas no discurso em prol da unidade protestante, por exemplo nas intervenções de lideranças proeminentes, como Erasmo Braga.

O Congresso do Panamá (1916), por exemplo, foi para a América Latina, um divisor de águas no que diz respeito à ação das missões protestantes no continente. A partir do evento, intensificou-se, sob o prisma do movimento ecumênico, a atuação das agências e igrejas missionárias nos países latinos. No protestantismo brasileiro, o Congresso foi decisivo para a organização de entidades de cooperação eclesiástica e para promover debates sobre a necessidade de buscar a unidade das igrejas e a ocupação racional e consensuada dos campos missionários, para alcançar as pessoas ainda *não evangelizadas*.

A criação da Comissão Brasileira de Cooperação (1917) veio responder a duas necessidades do protestantismo brasileiro. Primeira: no contexto de crescimento da economia brasileira, da emergência e do fortalecimento das instituições civis, o protestantismo nacional se viu carente de órgãos ou entidades que pudessem representar os interesses e as aspirações das igrejas protestantes no país. O protestantismo carecia de representatividade política e visibilidade na sociedade brasileira e seu enfrentamento com a igreja e as organizações católicas na disputa pela ocupação do espaço religioso era muito desigual. A criação da CBC pretendia cobrir essa lacuna na relação das igrejas com a sociedade envolvente e as instâncias de poder. Em segundo lugar, faltava uma entidade que divulgasse os ideais ecumênicos e coordenasse os trabalhos de cooperação no evangelismo brasileiro. A rejeição ao *sectarismo*, que pode ser definido nesse contexto, como o “espírito de divisão”, de seita ou mesmo intolerância, foi uma das principais bases e a visão norteadora das ações e estratégias da CBC. O ideal de unidade cristã, principal bandeira da CBC, visou, dessa forma, superar o divisionismo protestante baseado em diferenças teológicas e doutrinárias entre as igrejas, de modo a proporcionar uma maior eficiência na evangelização do país e, ao mesmo tempo, proporcionar às instituições protestantes visibilidade e credibilidade perante a sociedade.

A CBC tentou desenvolver no seio do protestantismo brasileiro mais um sentimento de ser cristão em detrimento da identificação confessional. Essa tentativa foi levada adiante através de atividades que abarcavam a produção conjunta de literatura, a divulgação de artigos em jornais denominacionais e seculares, a troca de púlpito ou revezamento de pastores e líderes em geral nos púlpitos das igrejas, seja para pregar ou proferir palestras. Porém, apesar dos esforços da CBC e de lideranças como Eduardo Carlos Pereira, Hugh

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

Clarence Tucker, Erasmo Braga e Álvaro Reis propugnarem pela união dos esforços, os interesses locais ou denominacionais sempre existiram paralelos aos ideais de cooperação e unidade.

Esse é o contexto onde deve ser inserido o protestantismo entre indígenas no Sul do antigo Mato Grosso. Situado, pois, a criação da Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil e o estabelecimento da Missão Caiuá em Dourados como resultados do movimento de cooperação entre as igrejas protestantes no Brasil. O protestantismo inserido em Dourados teve um *perfil ecumênico*, não só pelos aspectos que o ligavam à criação da AECl, mas, sobretudo, pela colaboração e vivência dos missionários num mesmo *campo de trabalho*.

Além disso, houve também a cooperação da CBC com o poder público, representado pelo Serviço de Proteção ao Índio, no que tange à criação da missão aos índios. O programa de missões aos indígenas, elaborado pela Subcomissão de Missão aos Índios da CBC, por exemplo, estabeleceu que uma das primeiras ações da CBC seria levantar informações e dados a respeito do *problema indígena*, de maneira a criar uma biblioteca e um arquivo especializado. Desse modo, a CBC começou a se aproximar das entidades do governo que detinham esses dados, chegando mais tarde a cooperar com o poder público, para *incorporar o indígena à vida nacional*, à “civilização”. Durante os primeiros anos de implantação da Missão para indígenas em Dourados, essa relação de cooperação entre agentes das igrejas e do SPI foi muito importante, no sentido de dar legitimidade à ação missionária e, certamente, também por facilitar o estabelecimento das atividades religiosas entre os indígenas.

A aproximação e cooperação entre a missão religiosa e a secular se deu sobretudo, por ambas terem como meta a civilização dos grupos indígenas. Eis um caso exemplar de como motivações religiosas e ideais indigenistas, em princípio a-religiosos, se apoiaram mutuamente no Estado republicano brasileiro.

Para os missionários, contudo, a civilização significava, acima de tudo, mudança de vida no sentido religioso. A aceitação de Jesus Cristo como “único e suficiente salvador da alma” devia produzir, nos indígenas, um novo comportamento que deveria ser assegurado através de novos hábitos, que iriam suplantando os velhos hábitos “selvagens” e “estranhos”. Os valores do trabalho e da educação escolar eram, na perspectiva de ambas missões, meios através dos quais os índios se aproximariam do *estágio* de civilidade. Mas o principal motivador para a missão protestante era sem dúvida a mudança religiosa, vista como motor que desencadearia, então, o *princípio* transformador em todos os outros

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

âmbitos da vida da pessoa e do povo indígena. Essa afirmação pode ser percebida nas ênfases das cartas e dos relatos publicados nos jornais protestantes a respeito da necessidade de fazer os indígenas abandonarem a “vida selvagem”, para por meio do Evangelho se tornarem civilizados. Civilização foi sinônimo de missão protestante e ação republicana. Ambas frentes advogavam para si a promoção de virtudes civilizadoras, patrióticas e morais. Particularmente, o protestantismo usava o discurso de contribuição com a pátria como uma das justificativas para promover a evangelização dos indígenas.

A publicação de relatos e cartas, que informavam sobre a pobreza das vilas da região e a precariedade dos meios de comunicação e transporte, veiculou a imagem do Mato Grosso como um lugar *distante da civilização, das confortáveis cidades*. Isso reforçava a ideia de ser a missão uma *obra santa* e enaltecia o espírito de *sacrifício* dos missionários. Esse discurso despertava na membresia das igrejas protestantes o desejo de colaborar financeira e materialmente com a obra missionária. O discurso da unidade evangélica foi necessário para envolver as diferentes denominações no projeto de evangelização no distante Mato Grosso. No interior dos *sertões*, estavam os indígenas. Na visão evolucionista da humanidade e da história, eles ocupavam os primeiros estágios do desenvolvimento humano. Eram, pois, seres distantes não só geográfica mas também historicamente. Eles precisavam “crer e serem salvos”. Assim, os “confins do mundo” se estendiam, para as igrejas protestantes do Brasil, nas paragens ocidentais do seu próprio país.

Da minha parte, espero que esta pesquisa propicie à coletividade acadêmica e às igrejas protestantes um reencontro com momentos fundacionais do protestantismo brasileiro e do ecumenismo no Brasil. Cabe, nesse sentido, lembrar que em abril de 2009 completaram-se oitenta anos da chegada da primeira equipe de missionários da Missão Caiuá em Dourados, sem aparentemente ter inspirado reflexões teológicas e pesquisas históricas. O resultado do meu trabalho mostra que um momento significativo da história do protestantismo ecumênico no Brasil e da América Latina se jogou nas matas de Dourados. Espero que ele inspire interesse pelas fontes analisadas e novas interpretações do processo estudado.

Por fim, vale ressaltar que em 2010 será celebrado o centenário do Congresso Missionário de Edimburgo, tido como o principal marco do movimento ecumênico internacional. A data será oportuna para reflexões e questionamentos sobre o papel das igrejas e do cristianismo, numa sociedade cada dia mais impregnada pelo individualismo, a avareza, a intolerância e o preconceito, seja no âmbito das instituições ditas cristãs ou no dia-a-dia dos indivíduos que se identificam como cristãos.

O Serviço de Proteção aos Índios e o estabelecimento de uma política indigenista republicana junto aos índios da reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968) ¹⁰

Renata Lourenço ¹¹

Este trabalho aborda, essencialmente, a política indigenista do Estado Republicano ao sul do então Mato Grosso, tendo como objeto específico a educação escolar na Reserva Indígena de Dourados e Aldeia do Panambizinho.¹² Concentra-se em estudar o modo como ela se concretiza na realidade específica apontada – do campo discursivo à prática, do universal para o particular, em um processo marcado por contradições e ambigüidades.

O Recorte temporal foi delimitado entre 1929, como o ano da primeira experiência de educação escolar na Reserva Indígena de Dourados. Apesar do S.P.I. ter sido extinto oficialmente em 1967, a documentação escolar ainda recebeu a rubrica oficial do S.P.I. durante o ano seguinte, ou seja 1968, marco final da pesquisa.

O campo teórico do estudo foi basicamente balizado pelos referenciais da História Cultural, mais precisamente da “nova história cultural”, em sua ligação com a Antropologia. A metodologia utilizada valeu-se, do uso de fontes documentais escritas e orais. Na pesquisa de campo, colhemos entrevistas com índios que freqüentaram a escola nas duas últimas décadas de existência do S.P.I. (1950 e 1960). A análise consiste, pois, no questionamento de como um projeto que, para o Estado Nacional, queria ser unificador, através do S.P.I., assumiu feições específicas no âmbito local com um “corpo próprio”, frente às peculiaridades e à diversidade étnica dos povos e culturas existentes na Reserva de Dourados, caracterizada, desde o início, como espaço multiétnico. A aldeia de Panambizinho estabeleceu, por sua vez, relações de poder circunscritas a uma realidade regional, marcada pela expansão das frentes agropastoris. Nesses contextos, a escola foi criada como campo privilegiado de conversão aos princípios da nova ordem, visando o disciplinamento dos costumes e do trabalho das populações indígenas.

¹⁰ Tese de doutorado apresentada no PPGH/UNESP (Assis/2007), sob orientação do professor Paulo Santille.

¹¹ Mestre em história pela UFGD e Doutora em história pela UNESP. É professora no curso de história da UEMS.

¹² O termo Reserva é utilizado com o sentido de figura jurídica instituída pelo S.P.I. quando da constituição de pequenas extensões de terras para o aldeamento compulsório dos índios. O termo aldeia é utilizado para designar aquelas terras de posse tradicional.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, buscamos evidenciar algumas premissas conceituais e o processo de implantação da política indigenista republicana esboçando suas concepções discursivas. Em seguida, trazemos para o cenário os principais povos que habitam a Reserva de Dourados: uma contextualização histórica dos Guarani e dos Terena, que remonta ao processo migratório recente desses últimos até chegarem à região, as razões e as formas utilizadas para o seu aldeamento compulsório em Reservas. Os primeiros são pertencentes ao tronco lingüístico Aruák. Os segundos dividem-se em dois subgrupos: os Guarani (Ñandeva) e os Kaiowá, pertencentes à família lingüística tupi-guarani.

No segundo capítulo, tratamos da “Constituição da Reserva: desterro e confinamento”. Vimos que criação da reserva implicou no aldeamento compulsório das etnias Guarani, Kaiowá e Terena, que se juntaram com paraguaios e outros não-indígenas, estimulados pelo próprio “Órgão Tutor”. Com esse “entrosamento étnico”, o S.P.I. visava promover uma homogenização cultural, símbolo de um “país moderno”, unido supostamente por uma identidade única. E é em nome dessa pretensa identidade que se praticava, sistematicamente, a imposição de novos costumes, balizados pelo conceito de “civilização” ocidental, capitalista e cristã. A criação da reserva implicou também na usurpação dos bens disponíveis na área reservada, como madeira e erva mate. O processo de desmatamento aparece nos depoimentos indígenas colhidos num tom de denúncia. Ainda neste capítulo primeiro tratamos da constituição da “Terra Indígena do Panambizinho”, com população kaiowá. Essa comunidade enfrentou muitas arbitrariedades desde a década de 1940, com a implantação da Colônia Agrícola de Dourados.

O terceiro capítulo, intitulado “Política indigenista e da escola – Dourados e Panambizinho”, aborda o entrelaçamento do S.P.I. com a “Missão Evangélica Caiuá”. Foi nos possível mostrar que o S.P.I. abdicou de sua proposta inicial de secularização da assistência social, para compor com a citada instituição religiosa. Assim, ele implementou um projeto de escola alicerçado num ideário que combinava catequização e educação, a ponto de fazer desta combinação parte constitutiva da aparelhagem estatal, através do S.P.I. Concomitantemente, trazemos alguns depoimentos em relação à atuação de alguns pesquisadores do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), que atuaram junto aos índios Kaiowá da Reserva de Dourados e da Aldeia do Panambizinho. Junto aos primeiros, chegaram a implementar uma experiência de alfabetização bilíngüe/bicultural.

No quarto capítulo, apresentamos os depoimentos de alguns indígenas que estudaram nas décadas de 1950 e 1960, que evidenciam a relação do processo educacional

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

do S.P.I. com a “Missão Evangélica Caiuá”. No imaginário coletivo, a “Missão” é apresentada como a precursora na área da educação escolar. Os trabalhos do S.P.I. aconteciam em meio a crises orçamentárias, à falta de recursos humanos e de materiais de toda ordem, tornando a experiência do órgão tutor, em relação à educação escolar, por vezes sazonal e alternada, e sempre com o suporte da “Missão”.

Apesar do cenário multiétnico construído historicamente na Reserva de Dourados, o que verificamos é que houve um tratamento indiferenciado para os vários grupos étnicos ali residentes. É recorrente a idéia de que os Terena eram considerados povos “mais desenvolvidos”. Isto indica que as diferenças étnicas eram reconhecidas, mas, apesar disso, a educação escolar era processada mediante a idéia do índio genérico, justamente para atender ao objetivo de unificar essas culturas para a formação do “trabalhador nacional”.

Os conhecimentos indígenas foram simplesmente banidos da escola, sendo o ensino processado integralmente em língua portuguesa, por professores não-indígenas. A escola assumiu o papel de difusora dos valores da sociedade majoritária, com toda a força de uma ideologia premida pela eliminação da alteridade.

Havia todo um aparato de controle e dominação no âmbito da escola. Contudo, as relações sociais fora do âmbito escolar, seja na reserva ou na sociedade envolvente, também produziam “poder e saber”, o que possibilitava a reinvenção cotidiana do modo de ser indígena. Dito de outro modo, as contradições da atuação do S.P.I. e, depois, da FUNAI, assim como do modelo de escola implantado redundaram em benefício dos índios. Hoje, apesar de lutarem primordialmente pela retomada de suas terras, eles lutam também por educação – uma educação “diferenciada” em prol de suas sociedades, fazendo dela palco para o fortalecimento de suas identidades étnicas ou mesmo espaços de poder. Lutam, enfim, pelo seu modo de ser, transposto na escola, nas agências indigenistas, numa busca, no caso da Reserva de Dourados para “guaranizá-las” ou “terenizá-las”.

Desse modo, a escola se constituiu em palco permanente de disputas de poder, pois entendia-se bem que ela não produzia só “saber”, mas também “poder”. Essas disputas permitem um constante movimento de contraposição, o que nos incita a acompanhar, através de novas pesquisas, em que medida a ressignificação da escola ao longo do tempo, poderá dar-se em favor dos próprios índios, na atualidade.

História dos kaiowá na aldeia Panambizinho: da década de 1920 aos dias atuais¹³

Nely Aparecida Maciel (UFGD/FCH)¹⁴

A dissertação de mestrado trata do processo histórico de desterritorialização e reterritorialização dos Kaiowá da aldeia Panambizinho. A mesma analisa o impacto da perda de quase a totalidade de seu território para não-indígenas assentados na região no âmbito da colonização promovida durante o governo de Getúlio Vargas e denominada Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND.

No primeiro capítulo discute-se a política de ocupação do Oeste do país no Estado Novo, as razões que levaram o governo a encerrar o contrato com a Companhia Mate Laranjeira, que ocupava boa parte de terras indígenas tradicionais no Sul do Mato Grosso, desde a década de 1880, explorando erva-mate, assim como as implicações da política getulista para os povos kaiowá da região.

No capítulo mostra-se que pelo fato de as terras nas mãos da Mate Laranjeira não trazerem lucros para o país, na década de 1940, o governo decidiu assentar sobre parte dessa terra, onde viviam comunidades kaiowá, colonos brasileiros procedentes de várias partes do país. Os Kaiowá, que conheciam a região, serviram de mão-de-obra na montagem da infra-estrutura da colônia, mas, após esses trabalhos, acabam sendo retirados do local e concentrados em aldeias demarcadas para esse fim, principalmente na reserva de Dourados, chamada de Posto Indígena Francisco Horta Barbosa. Icia-se o processo de desterritorialização dos Kaiowá.

Mas nem todos os indígenas aderiram ao plano do governo. A população kaiowá do Panambizinho é um exemplo do confronto de interesses entre indígenas e não indígenas. Os mais velhos da aldeia resitiram e não saíram do local, devido aos fortes vínculos socioculturais que possuíam com seu território, inclusive com o cemitério local. Numa retrospectiva, o xamã Pa'i Chiquito é lembrado como o responsável pela fundação da aldeia Panambizinho, que é parte de uma região muito maior ocupada pelos kaiowá conforme sua mobilidade e sociabilidade tradicionais. Assim, ele teria chegado à região do Panambi no início da década de 1910, com cerca de vinte a trinta pessoas, em busca de um lugar onde

¹³ Dissertação defendida em 2005 no PPGH-CEUD-UFMS sob orientação do Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.

¹⁴ Mestre em História e professora no curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

pudesse assentar um novo núcleo familiar *tekoha*¹⁵. Foi rezando três dias sem parar, que Pa'i Chiquito teria escolhido o Panambizinho como o local onde ele e a comunidade sob sua liderança deveriam se assentar. Inicialmente seus parentes não concordaram com ele, porque não existia água no local. Diante disso, Pa'i Chiquito e sua parentela teriam rezado mais uma vez no local, durante dois dias, até que uma grande mina, existente ainda hoje, se formasse na baixada. Era a confirmação divina de que Pa'i Chiquito estava certo, e o *tekoha* foi levantado. Muitas famílias consideram e respeitam, ainda hoje, a mina e a área nas suas imediações um lugar sagrado, demarcado por cruces, visíveis apenas para pessoas que desenvolveram suas virtudes xamânicas.

Tendo demonstrado que não abandonaria a sua terra, a população indígena de Panambizinho, na pessoa de cada líder de família, "recebeu" um lote de 30 hectares, igual aos dos colonos. Isso inicia a reterritorialização desse povo.

Pressionados pelos colonos viyinhos para venderem seus lotes, alguns líderes indígenas acabaram vendendo, trocando ou, simplesmente, abandonando seu lote. Apenas Pa'i Chiquito e seu filho Martins Capilé permaneceram com seus lotes. De modo que as outras famílias kaiowá passaram a morar nas 60 hectares, que por mais de 50 anos foi a aldeia Panambizinho, cuja população era estimada em 400 pessoas.

No segundo capítulo da dissertação foram considerados o Estatuto do Índio e a Constituição Federal de 1988, que no artigo 231 garante a posse permanente e o usufruto da terra que os indígenas habitam. Aproveitando as mudanças constitucionais favoráveis aos povos indígenas, os Kaiowá passaram a lutar na justiça, para recuperar parte de suas terras. Na dissertação tratou-se, dessa forma, das consequências sofridas tanto pelos índios como pelos colonos com a implantação da CAND e das perícias judiciais de Walter Coutinho Júnior e Kátia Vietta, que muito aportaram para a demarcação das 1240 hectares para Panambizinho.

No dia 13 de dezembro de 1995, o Ministro da Justiça Nelson Jobim assinou o Decreto que reconhece como indígena a área do Panambizinho solicitada pelos Kaiowá. Após a decisão do Ministro, os colonos recorrem na justiça contrapondo seus direitos aos dos indígenas. Os processos impetrados por eles também são analisados na dissertação.

No último capítulo, o texto centra-se na decisão final do Juiz Federal Odilon de Oliveira que determina a demarcação da terra indígena, a desapropriação e reapropriação

¹⁵ Área de moradia, circulação, relacionamento social e fonte de subsistência. É a base material para a reprodução física e cultural dos povos kaiowá.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

dos colonos e, finalmente, a volta dos Kaiowá a uma parte das terras que ocuparam no passado.

Nesse capítulo, estudam-se também as genealogias, com o objetivo de historicizar a memória dos indígenas, desde o início da formação da aldeia Panambizinho até os dias atuais, fazendo parte da formação social e política dessa aldeia. Optou-se por trabalhar as genealogias para construir a trajetória histórica do grupo, por ser um dos métodos clássicos da Antropologia e Etnohistória e como recurso que consegue dar um tratamento científico às narrativas orais. Ele apresenta a continuidade histórica entre as pessoas mais velhas e seus descendentes que moram, moraram, não moram ou nunca moraram na aldeia Panambizinho. Ele revela dados da história de vida, da memória, das alianças de parentescos, de casamentos, e também sobre as políticas religiosas. Por meio desse procedimento metodológico utilizado, foi possível compreender melhor a história do grupo a partir também da própria memória coletiva da comunidade.

A dissertação finaliza-se apontando que, com Panambizinho, a população kaiowá reconquistou parte do seu território. Ela, porém, almeja, num futuro próximo, reconquistar outras áreas, a fim da reorganização sociocultural da etnia. Tal é de se acreditar, considerando o poder de luta desse povo, seu potencial ideológico e suas mobilizações políticas para a reconquista.

Território e Sustentabilidade: os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu¹⁶

Rosa Sebastiana Colman¹⁷

*“E, então, nós que somos Yvykatuense
somos felizes uns com os outros todos”
(Sabino Benítes, 2006)*

A dissertação aqui resumida teve origem da convivência com o povo guarani de Porto Lindo, no Município de Japorã, Mato Grosso do Sul, principalmente com os professores e seus familiares. De modo mais específico, surgiu a partir das conversas com a

¹⁶ Dissertação defendida no PPG em Desenvolvimento Local, mestrado acadêmico, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Jacó Brand. Disponível em www.neppi.org/cedoc.

¹⁷ Pesquisadora do Programa Kaiowá Guarani/NEPPI/UCDB. rosacolman01@yahoo.com.br

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

professora Mercinda Godói e seus familiares, crianças e adultos, sobre a retomada de Yvy Katu/Terra Sagrada, área próxima à reserva de Porto Lindo. Chamou-me atenção a forma como essas pessoas contavam sobre a retomada do Yvy Katu. E foi ouvindo suas histórias repletas de emoção, medo e alegria, que surgiram em mim o interesse pelo fato evocado e as primeiras perguntas sobre o território na concepção guarani e kaiowá¹⁸. Com o estudo, busquei compreender melhor as concepções indígenas que, atualmente, sustentam as lutas dos Kaiowá e Guarani pela recuperação de parcelas cada vez mais significativas de seu território, que acabou sendo ocupado por não-indígenas, no decorrer do processo de colonização.

A dissertação abordou, assim, a questão de Território, enquanto *tekoha*, discutindo o significado de Território para os Kaiowá e Guarani. Para tanto, considerei que nos processos das retomadas geralmente se questiona o porquê da escolha de determinada área e não de outra. Perguntei-me, assim, de que maneira os Kaiowá e Guarani identificam seus territórios, pois, via de regra, já antes da perícia oficial eles costumam ter certeza qual é a área pretendida, onde ela se localiza, quais seus limites, em que local havia a casa de um rezador, onde estavam os cemitérios, como viviam nessa área seus antepassados e quando eles foram expulsos.

Para os Kaiowá e Guarani, o *tekoha*¹⁹ é imprescindível para a sobrevivência física e cultural dos grupos. *Tekoha* é o espaço ou lugar (*ha*) onde é possível se viver e desenvolver o modo de ser (*teko*). Tal é a importância do *tekoha*, que o termo faz referência a vida e lugar. De modo que não é por acaso que o termo ganha relevância exatamente em meio às agressões praticadas contra o meio ambiente e em meio ao processo de espoliação das terras kaiowá e guarani, pois é por causa disso que esses povos indígenas vêm encontrando crescente dificuldade para sobreviver.

Considerando esses aspectos, eu quis investigar as razões indígenas que sustentam as retomadas desses espaços vitais chamados *tekoha*. Tentei, assim, a partir do estudo de caso Yvy Katu, que é na realidade uma ampliação da reserva de Porto Lindo, descrever o

¹⁸ Segundo dados da FUNASA/2009, a população dos Kaiowá e Guarani, atualmente, soma em torno de 44.574, e junto com as demais etnias, presentes no estado, somam mais de 60 mil, representando a 2ª maior população indígena do Brasil, ficando abaixo apenas do estado do Amazonas. A população guarani e kaiowá se encontra, atualmente, ocupando em torno de 30 terras indígenas, que ao todo somam cerca de 40 mil ha de extensão, na porção meridional do estado de Mato Grosso do Sul.

¹⁹ *Tekoha* é a denominação convencional para se referir à aldeia ou ao lugar onde moram. Usam por exemplo, *che reho* para designar minha aldeia.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

processo de ocupação da área, acompanhando o processo de dentro para fora, a partir da lógica dos povos guarani e kaiowá de Yvy Katu/Porto Lindo, município de Japorã.

Complementarmente, também considerei os registros de processos de retomadas de outras áreas reocupadas, perguntando-me pela busca de alternativas e a utilização das potencialidades que existem nessas áreas, assim como pelo funcionamento dos projetos econômicos implantados pelo poder público e outras entidades nas áreas indígenas.

Fiz uma descrição mais genérica dos registros das retomadas realizadas a partir da década de 1980, com ênfase na ótica indígena, e dos registros das áreas reservadas pelo SPI, até 1928, numa ótica exterior aos povos indígenas. De forma mais detalhada, descrevi o processo de retomada de Yvy Katu, foco da minha pesquisa de campo.

Dessa forma analisei as formas de atuação e organização dos atores indígenas nos processos de luta pela terra e verifiquei alternativas e potencialidades no que se refere à sustentabilidade das áreas indígenas retomadas ou em processo de recuperação. Dessa análise depreende-se a concepção de território dos grupos kaiowá e guarani, engajados em processos de recuperação de seus espaços perdidos.

Para o trabalho foi fundamental a análise da bibliografia existente, em especial, daquela que discute territorialidade, reterritorialidade e processos de reconstrução de alternativas de sustentabilidade. Também, foram desenvolvidas pesquisas de campo, incluindo a observação participante, a gravação de entrevistas e descrição etnográfica e análise de documentos referentes aos processos em questão. Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro com questões abertas, o que resultou num rico material coletado. O domínio da língua permitiu-me fluência no diálogo, principalmente, com as mulheres e idosos. Depois da realização das entrevistas, fiz a transcrição das entrevistas²⁰, seguida da organização e interpretação dos dados e do diálogo com a bibliografia existente sobre o assunto e a redação final.

O primeiro capítulo trata dos processos de retomada de terras indígenas. Nele elenquei primeiramente os processos históricos de confinamento entre os Kaiowá e Guarani; a situação da nova territorialidade do confinamento, em seguida; e, por fim, os processos de retomadas das terras indígenas nas duas últimas décadas do século passado, como um processo de reterritorialização. Nesta última parte, destaco, em primeiro lugar, as 11 áreas retomadas a partir de 1978, com um total de 22.450 ha já devidamente demarcadas e na posse dos índios; no segundo momento apresento as áreas em processo de identificação

²⁰ As entrevistas transcritas e traduzidas para o português encontram-se arquivadas no Centro de Documentação Teko Arandu do NEPPI – UCDB.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

ou já identificadas, ocupadas parcialmente, em alguns casos, pelos indígenas. Neste capítulo destaco também o papel dos rezadores e das rezadoras, assim como da religião tradicional de forma geral, nas retomadas.

No segundo capítulo apresento, de forma bastante detalhada, a experiência da retomada em Yvy Katu. Para tal, contextualizei a Reserva de Porto Lindo, sua localização e identificação, bem como sua mobilização em prol da retomada. Ao narrar a retomada, destaquei a participação dos rezadores e das rezadoras, assim como dos professores e das professoras, das mulheres e crianças em geral.

O terceiro e último capítulo tratou do desenvolvimento local e da relação território e sustentabilidade, na concepção das populações indígenas e, particularmente, na experiência em Yvy Katu, onde também apontei as alternativas e potencialidades de sustentabilidade. Foi só então que tentei abordar o conceito de território para os Kaiowá e Guarani.

Uma das conclusões deste estudo foi constatar o valor dado pela comunidade aos líderes religiosos e à religião tradicionais. Destes depende a tranquilidade da comunidade de Yvy Katu. Os rezadores conseguem evitar problemas como desentendimentos e doenças. Havendo problemas, segundo os moradores, esses líderes iriam promover diálogo e ensinariam a forma de superá-los. A religião também é um dos critérios para ser aceito na comunidade. Há preferência por pessoas ligadas à religião tradicional, que não sejam crentes e não tenham tido problemas em outras terras indígenas.

Pude concluir também que, depois das retomadas, persistem os problemas relativos às condições do solo para a roça, à falta de apoio público para as iniciativas indígenas e a já longa dependência das ações assistencialistas dos órgãos públicos. Os problemas ligados à produção de alimentos giram, então, em torno deste assistencialismo estrutural, indicando para um longo processo de gradativa reconquista da autonomia, após a recuperação da terra. Trata-se de um processo de caráter mais interno, que depende diretamente da organização e da consciência dos líderes de cada uma dessas macrofamílias envolvidas nos processos de retomada de terras.

Alianças do movimento Guarani e Kaiowá e a reocupação e recuperação de seus territórios²¹

Meire Adriana da Silva²²

As ações dos Guarani e dos Kaiowá para a reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul, durante o período de 1978 a 2001, e a participação do CIMI – Conselho Indigenista Missionário – marcaram parte importante da história desses grupos indígenas. Neste sentido, o resumo desta dissertação de mestrado objetiva apresentar uma breve análise de uma parte desse processo.

A ocupação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul por não-índios foi realizada à revelia das populações indígenas existentes na região Sul do Estado. A desestruturação dessa população indígena acirrou-se quando o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) demarcou, a partir de 1915, oito reservas para que os índios ficassem em um “local fixo”. Em 1943, foi instituído um processo de colonização, por meio da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que distribuiu terras na região, visando o assentamento de não-indígenas e a expansão comercial desse espaço.

A perda territorial afetou a mobilidade dos povos guarani e kaiowá, que passaram a buscar novas formas de sociabilidade, de diferenciação étnica, de associação e alianças. Assim, diante da necessidade e vontade de continuar vivendo como indígenas, esses povos passaram a buscar apoio de entidades como o CIMI. Esse processo de relacionamento de indígenas com entidades de apoio, em Mato Grosso do Sul, tem sido questionado por fazendeiros e políticos do Estado, que o consideram ilegítimo, pois os índios, supostamente, são fantoches manipulados por essas entidades.

Enquanto viviam somente nas reservas ou espalhados nos fundos de fazendas e, muitas vezes, trabalhando nelas, esses índios tinham uma “convivência harmônica” com os não indígenas, mas, quando passaram a reivindicar seus direitos, passaram a ser vistos por fazendeiros e políticos como “massa de manobra” das entidades, por exemplo, do CIMI.

Nesse sentido, a pesquisa aqui resumida delineou-se tendo como referência o contexto histórico de expropriação dos territórios Guarani e Kaiowá, objetivando a análise das ações dos Guarani e Kaiowá frente à recuperação de seus territórios. Entre essas

²¹ Dissertação defendida no Mestrado em História - CEUD-UFMS.

²² Professora da UNIFAP no Curso de Licenciatura Indígena. Mestre em História pela UFMS/UFMGD.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

ações, destacou-se a forma como esses grupos se relacionaram com o Conselho Indigenista Missionário.

A documentação escrita, utilizada para este trabalho, encontra-se principalmente nos arquivos do CIMI de Dourados e de Campo Grande, na CNBB de Campo Grande e no Centro de Documentação Kaiowá/Guarani/UCDB. A documentação contém atas, relatórios, recortes de jornais, cartas, ofícios, bilhetes, projetos, etc. Além dos documentos escritos, foi utilizada também a história oral, na expectativa de que ela proporcione uma compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos envolvidos no processo estudado.

Incorporo também no trabalho o conceito de mestiçagem, termo utilizado por Gruzinski (2001), para designar as miscigenações que vêm ocorrendo em solo americano desde o século XVI, entre as formas de vida das populações indígenas e das européias. Referindo-me a essa idéia como a mistura de relações sociais externas que os Guarani e os Kaiowá tiveram, ao longo do processo de recuperação de seus territórios, é que busco demonstrar como essas relações foram construídas.

O primeiro capítulo trata das origens, dos territórios e da organização social dos povos Guarani e Kaiowá. No segundo capítulo - denominado Igreja Católica, Governo e suas inserções na Pastoral Indigenista no Brasil e em Mato Grosso do Sul: aspectos da criação do CIMI e seus desdobramentos - objetivo demonstrar como se situou a Igreja Católica em relação às políticas indigenistas governamentais em nível nacional, desde a instituição das Missões Tradicionais, até a criação do CIMI, em 1972. A atuação de setores da Igreja Católica (Pastoral Indigenista) na região Sul de Mato Grosso, a partir de 1975, também foi abordada.

O terceiro capítulo, Os Guarani e Kaiowá e o CIMI, contém um breve histórico do CIMI em Mato Grosso do Sul, destacando suas ações em relação à assessoria às várias etnias, bem como a organização e as alianças feitas pelo Movimento Guarani e Kaiowá em prol da reocupação e recuperação de seus territórios.

No último capítulo, que se refere à recuperação das áreas tradicionais Rancho Jacaré, Guaimbé, Jarará e Sucuri'y, tento analisar como as comunidades indígenas dessas localidades construíram sua história e percebem a ação do CIMI junto a elas.

A emergência dos Guarani e dos Kaiowá em relação à recuperação de seus territórios é um marco histórico vivido por essa população. Suas práticas culturais e suas alianças com agentes externos proporcionou-lhes várias conquistas, desde o final da década de 1970 até os dias atuais.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

O CIMI surgiu como uma entidade importante no processo de mediação para a recuperação dos territórios indígenas. Os Guarani e os Kaiowá souberam se utilizar deste órgão, de sua estrutura política e logística, para reconquistar vários territórios indígenas que estavam sob a posse de colonos proprietários de lotes e, principalmente, de fazendeiros. Um total de 21 territórios foi recuperado desde o final de 1970 até 2001.

Em contraponto ao discurso estratégico de forças contrárias aos índios, pode-se afirmar que houve uma espécie de mestiçagem, ou seja, de mistura de relações sociais, políticas e culturais, entre índios e entidades de apoio, mais especificamente entre os Guarani, os Kaiowá e o CIMI, o que contribuiu para o fortalecimento das lutas desses grupos indígenas.

Além da *Aty Guasu* (Grande Reunião), outras ações também foram realizadas, entre elas, a elaboração de documentos, viagens para audiências e articulações políticas em vista à legalização dos territórios. Uma das atividades dos Guarani e Kaiowá que muito contribuiu para a legitimidade dos processos jurídicos referentes aos seus territórios, foi a coleta de dados. Os índios levantavam dados sobre a população indígena, sua origem, suas descendências. Além disso, rezas, danças e utilização da língua materna - em outras palavras, sua prática cultural - sempre estiveram presentes em vários episódios da história de luta pelos territórios. A própria prática da elaboração de documentos foi adquirida nessa mistura de relações com os não-índios. O domínio de termos processuais jurídicos sobre territórios indígenas, por parte de lideranças Guarani e Kaiowá, foi outra apropriação necessária no processo de negociações.

Os índios, conhecedores natos de seus territórios e aliados a essas entidades, promoveram ações no sentido de legitimar o processo de recuperação de seus territórios. As ações internas, entre grupos indígenas do mesmo território ou entre várias lideranças de outros territórios, foram fundamentais para o sucesso das retomadas. O fato destes grupos indígenas se relacionarem com entidades de apoio, principalmente com o CIMI, e de se apropriarem dos usos e costumes dessas entidades, em decorrência do contato, foi entendido como uma mistura necessária, que fez parte do processo da dinâmica organizacional e das estratégias dos Guarani e dos Kaiowá, que souberam se “misturar” e, ao mesmo tempo, manter a sua diferença, mesmo diante da expropriação de seus territórios.

Em fim, entendemos que a história dos Guarani e dos Kaiowá e das suas relações com os não-índios pertence à chamada História do presente, apresentando as especificidades, continuidades e rupturas, ao longo de sua existência. Na dissertação aqui

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA - por Graciela Chamorro

resumida, nosso objetivo foi ampliar a discussão das relações sociais dos Guarani e dos Kaiowá frente à sociedade não-índia e apresentar suas características, que, sem dúvida, deverão ser aprofundadas.

Recebido em: agosto de 2009
Aprovado em: outubro de 2009